

RELA- TÓRIO ANUAL

2018

SUMÁRIO

Mensagem do Conselho de Administração.....	06	Balanço Patrimonial.....	17
Quadro Evolutivo.....	08	Notas Explicativas.....	22
Plano de Atividades 2019	10	Parecer do Conselho Fiscal	40
Relação de Colaboradores	11	Relatório de Auditoria sobre as demonstrações contábeis	41
Relatório da Administração.....	14		

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mais que um modelo de negócios, o cooperativismo é uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo.

É pensando neste propósito que o Sicoob tem se consolidado como uma das principais instituições financeiras do país, agregando cada vez mais valor ao seu negócio e às comunidades onde está presente. O ano de 2018 foi um marco histórico para o Sicoob ao alcançar a marca de **100 bilhões** de ativos, recursos estes captados, aplicados, administrados de forma eficiente e distribuídos às próprias comunidades de acordo com a participação de cada associado nos negócios da instituição. Já são mais de 4,2 milhões de cooperados e somos a quinta maior rede de atendimento do país com mais de 2800 pontos de atendimento.

Isto reflete a política de expansão do nosso sistema. Enquanto o sistema financeiro tradicional reduziu em 3% o número de agências, o Sicoob cresceu 7%, com abertura de 200 novas agências em 2018. Na Bahia são mais de 150.000 associados, mais de 80 pontos de atendimento, presentes em 65 municípios.

Para impulsionar a expansão, o Sicoob vem se modernizando, investindo forte em tecnologia (inovando). Como reconhecimento, fomos escolhidos pela terceira vez como o melhor aplicativo de instituição financeira também em 2018.

Desafios vencidos e projetos realizados marcaram a nossa trajetória em 2018. O Sicoob Coopemar tem contribuído exaustivamente para este crescimento, tanto em relação aos indicadores patrimoniais, como de serviços. Nossos números apresentam um crescimento sustentável na ordem de 45% em ativos; 59% em operações de crédito e 196% em sobras. Em 2018 fomos a cooperativa que

mais vendeu plano de Previdência (Sicoob Previ) no Brasil, o que resultou em uma premiação em Março de 2019.

Fomos destaque ainda nas campanhas internas promovidas pelo Sicoob Bahia: Super Vendedor, Super Agência, Semana Sipag, Acelera Cobrança (primeiro lugar a nível nacional).

“Hoje vivemos um modelo burocrático, no bom sentido: Ordem, treinamento, repetição e processos bem definidos. Para se enquadrar no novo modelo de mercado é preciso mudar essa metodologia, ser fluida: arriscar mais, aceitar as incertezas e aprender o propósito existencial da sua empresa. Esse é o grande desafio”.

Manteremos o compromisso de continuar cumprindo a nossa missão de oferecer diversos produtos e serviços financeiros adequados e sustentáveis, com preços justos aos associados e comunidades. O desafio de manter o crescimento é

grande, mas um sistema ancorado em princípios sólidos e com um modelo humanizado e que não visa lucro, reforça a nossa convicção e nos motiva a continuar acreditando que o cooperativismo é um meio assertivo para a construção de uma sociedade cada vez mais justa e igualitária. Continuamos focando ainda mais na transparência, comprometimento, ética e responsabilidade, valores que norteiam o Sicoob Coopemar.

Agradecemos aos nossos conselheiros, diretores, colaboradores e entidades parceiras por todo trabalho desenvolvido em prol do Sicoob Coopemar. E sobretudo, aos associados, pela importante e indispensável participação nos negócios da cooperativa e a confiança depositada em nossa gestão.

Vandervaldo Teixeira Rios
Presidente do Conselho de
Administração



QUADRO EVOLUTIVO

SÓCIOS



CAPITAL



DEPÓSITOS À VISTA



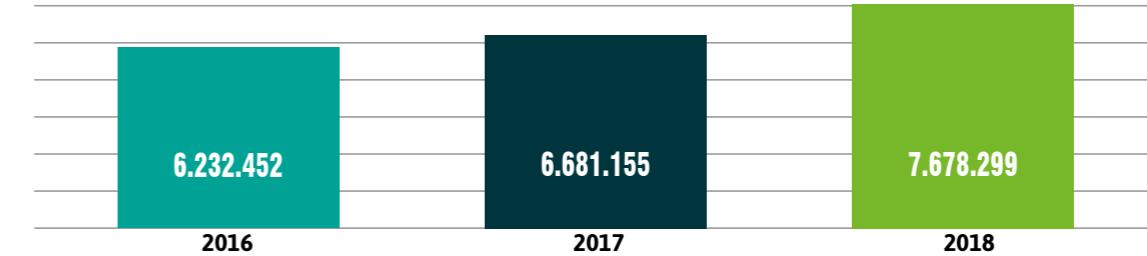
DEPÓSITOS À PRAZO



OPERAÇÕES DE CRÉDITO



PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA



RESULTADOS



PLANO DE ATIVIDADES 2019

Relação de COLABORADORES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho
Conselheiros:

VANDEVALDO TEIXEIRA RIOS
LUCIANO MAIA DE OLIVEIRA
JOCEVAL MOREIRA DE SOUZA
VERA LUCIA NASCIMENTO MENDES
CEZAR AUGUSTO NUNES DE OLIVEIRA
JANOLINO FERNANDES DE OLIVEIRA
ERIVALDO SILVA OLIVEIRA
JOSÉ SILVA DA COSTA
JOZENILDO ALVES RIOS

- Manter campanha de capitalização contínua;
- Ampliar a participação da cooperativa em outras cidades do seu raio de ação através de abertura de PA'S;
- Elaborar Projeto de livre admissão;
- Aderir, implementar e apoiar as ações do Instituto Sicoob;
- Orientar e estimular a participação de dirigentes /conselheiros e funcionários em programas de educação, formação e qualificação;
- Promover condições para o cumprimento do planejamento estratégico da cooperativa.

CONSELHO FISCAL

Coordenador
Membros Efetivos

WALLACE ALVES MENDES DE SOUZA
UESLEN CIRQUEIRA RIOS
JOSÉ MARCOS REIS DA SILVA

Suplentes

LUCAS SILVA FERNANDES DOS SANTOS
SODEVAL RIBEIRO CUNHA
ANTONIO PEREIRA NETO

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Administrativo
Diretora Operacional

JOÃO ALMEIDA DE OLIVEIRA
LUCIARA ANDRADE DE OLIVEIRA

COLABORADORES

Agência Mairi:

Agente de Atendimento
Analista de Negócios
Caixa
Caixa
Caixa
Assistente Administrativo
Tesoureiro
Gerente de Relacionamento
Agente de Atendimento
Estagiária
Estagiário
Estagiária
Estagiária

JULIANA ARAGAO MASCARENHAS
MALU LIMA CERQUEIRA BORGES
DJALMA LIMA CERQUEIRA
JHAMESON MOTA RIOS
CLAUDIANE MACEDO DE SOUZA
ALEX ALMEIDA SANTOS
EDSON SOUZA DA SILVA SANTOS
JOSIEL AUGUSTA BARBOSA
VALERIA DOS SANTOS OLIVEIRA SILVA
MAIRA JOVELINO BRANDAO SANTOS
LUCAS COELHO SILVA
LAVINIA MURITIBA BARROS
NEUCIENE NUNES RIOS

Estagiária
Assistente Administrativo
Auxiliar de Serviços Gerais
Supervisor Administrativo Financeiro
Supervisora de Crédito
Analista Financeiro
Agente de Controle Interno

JAMILLE LIMA NASCIMENTO ALMEIDA
PEDRO PAULO SILVA DE ASSUNÇÃO
ROSICLEI DA SILVA OLIVEIRA
SIMONE MURITIBA REIS SAMPAIO
TAMILLI DE ARAÚJO OLIVEIRA SILVA
THAÍS ALMEIDA RIOS DA SILVA
EVALDO DA SILVA RIOS

PA São José

Gerente de PA
Caixa
Analista de Negócios
Agente de Atendimento

JOSÉ JEOVÁ SEBASTIÃO LOPES
AURICÉLIA OLIVEIRA VILARONGA
CINTHIA VILAS BOAS RIOS
NAIARA VILARONGA FEITOZA

PA Várzea do Poço

Gerente de PA
Caixa
Estagiário
Auxiliar de Serviços Gerais

CLAUDINÊ SILVA OLIVEIRA
ELIJANE LIMA DA SILVA REIS
PEDRO DOS SANTOS DA SILVA
EURIDES SILVA DOS SANTOS

PA Serrolândia

Gerente de PA
Agente de Atendimento
Caixa
Estagiária

ELVIS SANTOS DA SILVA
SAMARA NERI MACHADO
MICHELLE MARIA NASCIMENTO
LARISSA DE SOUZA ARAUJO

PA Miguel Calmon

Gerente de PA
Agente de Atendimento
Caixa
Auxiliar de Serviços Gerais
Estagiária
Estagiário

DAYSE LEILA OLIVEIRA SILVA
WALQUEILA MENEZES DE SOUZA
ROTSON FÁBIO MARQUES OKUYAMA
RAULITA MENDES RIOS BACELAR
ZADORA ALMEIDA SILVA
IANDERSON DO NASCIMENTO COSTA

PA Juazeiro

Gerente de PA
Caixa
Caixa
Tesoureiro
Analista de Negócios
Analista de Negócios

JOSE NEILSON FERREIRA SAMPAIO
RAFAEL SOUZA DA SILVA
GLEIDSON DANTAS NOGUEIRA
JOSÉ RAIMUNDO VALERIANO DA PAIXÃO
LARISSA COELHO MOREIRA
ESPEDITO JUNIOR GOMES HENRIQUE

Assessor de Negócios
Auxiliar de Serviços Gerais
Assessor Financeiro
Caixa
Estagiária
Estagiário

PA Petrolina

Analista de Negócios
Gerente de PA
Caixa
Caixa
Caixa
Tesoureiro
Assessor de Crédito
Estagiária

SILVÂNIA CONCEIÇÃO SERAFIM SOUZA
SONIA LUCY SOLIANO
MARIA DE FÁTIMA GOMES ALVES
ALEXANDRO DO NASCIMENTO HORAS
NUBIA DE SOUSA LEITE
ELNATÃ DE SOUZA FERREIRA

DARLEY RIVELINO ANTUNES AMORIM
ELIEL JEDAIA GALDINO LOURENÇO
YAN GONÇALVES MACÊDO
JOSIVAL OLIVEIRA COSTA
RYAN HOLLIDAY PEREIRA
CLOVIS NUNES DA COSTA
CLEIDIVANA VIDAL LEITE LINO
LETICIA CERQUEIRA LOPES

PA Juá Garden Shopping

Gerente de PA
Caixa
Caixa
Tesoureiro
Analista de Negócios
Estagiário

ALBANIZE ALVES DA SILVA
DEIVISSON SOUZA PAIVA
RONEYLSON TACIO VIEIRA LIMA
JOHN LUBARINO DE BRITO
LIDIANE DE LIMA SILVA
MATHEUS PABLO FERREIRA NEVES

MAIRI

Rua Rui Barbosa, nº 152, Centro – CEP: 44.630-000
Telefone: (74) 3632-2217 – 3632-3113

SÃO JOSÉ DO JACUÍPE

Praça da Matriz, nº 396, Centro – CEP: 44.698-000
Telefone: (74) 3675-1380

VÁRZEA DO POÇO

Praça Ariosto Soares Cunha, nº 226, Centro
CEP: 44.715-000 - Telefone: (74) 3639-2415

SERROLÂNDIA

Rua Castro Alves, nº 200, Centro – CEP: 44.720-000
Telefone: (74) 3631-2366

MIGUEL CALMON

Praça Lauro de Freitas, nº 280, Centro
CEP: 44.720-000 - Telefone: (74) 3627-2593

JUAZEIRO

Praça Barão do Rio Branco, nº 23, Centro
CEP: 48.903-400 - Telefone: (74) 3611-7520

PETROLINA

Avenida Monsenhor Ângelo Sampaio, nº 120, Sala
01, Centro – CEP: 56.304-160
Telefone: (87) 3862-3607

JUÁ GARDEN SHOPPING

Rodovia BR 407 - KM 05 Sala 1032/1033, nº 5318,
Distrito Industrial – CEP: 48.909-901
Telefone: (74) 3614-8587

Relatório da ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/2018 da Cooperativa de Crédito de Mairi Ltda.–SICOOB COOPEMAR, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2018 o SICOOB COOPEMAR completou 18 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2018, o SICOOB COOPEMAR obteve um resultado de R\$ 1.200.291,15 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 13%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 31.607.916,39. Por sua vez a carteira de crédito representava R\$ 19.555.748,62.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial R\$ 19.555.748,62

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 18,5% da carteira, no montante de R\$ 3.621.506,83.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 46.895.682,83, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 19,9%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 23.519.012,13	50%
Depósitos a Prazo	R\$ 23.376.670,70	50%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 27,7% da captação, no montante de R\$ 13.008.838,99.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB COOPEMAR era de R\$ 7.678.299,28. O quadro de associados era composto por 9.678 Cooperados, havendo um acréscimo de 25,3% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL BA, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICOOB COOPEMAR adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléa geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL BA, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração,

o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2019, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL BA, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPEMAR aderiram, em 2006, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a

serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2018, a Ouvidoria do SICOOB COOPEMAR registrou 10 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 10 (dez) reclamações, 04 (quatro) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição

das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Mairi - BA, 19 de março de 2019.

João Almeida de Oliveira
Diretor Administrativo

Luciara Andrade de Oliveira
Diretora Operacional

Balanço PATRIMONIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

ATIVO	Notas	2018	2017
CIRCULANTE		46.482.084,73	38.237.584,83
DISPONIBILIDADES	4	2.263.876,00	2.465.881,39
CAIXA E BANCO		2.263.876,00	2.465.881,39
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	4 e 6	31.607.916,39	28.867.501,95
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA		31.607.916,39	28.867.501,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7	12.050.420,28	6.403.169,71
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		12.310.811,62	6.809.562,12
(-) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO		(260.391,34)	(406.392,41)
OUTROS CRÉDITOS	8	416.434,21	445.356,56
AVAIS E FIANÇAS HONRADOS		22.714,97	20.805,37
RENDAS A RECEBER		177.487,75	180.938,59
DIVERSOS		258.237,80	273.379,93
(-) PROVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS		(42.006,31)	(29.767,33)
OUTROS VALORES E BENS	9	143.437,85	55.675,22
DESPESAS ANTECIPADAS		143.437,85	55.675,22
NÃO CIRCULANTE		11.672.506,73	9.419.222,96
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		8.040.249,08	6.329.940,33
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4 e 5	963.305,04	905.163,70
VINCULADOS A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS		963.305,04	905.163,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7	7.076.944,04	5.424.776,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		7.244.937,00	5.574.786,42
(-) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO		(167.992,96)	(150.009,79)
INVESTIMENTOS	10	1.479.264,99	1.243.476,82
PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS		1.479.264,99	1.243.476,82
IMOBILIZADO DE USO	11	2.028.079,01	1.688.914,16
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO		152.434,63	-
IMÓVEIS DE USO		548.095,09	589.162,36
INSTALAÇÕES, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE USO		740.776,56	676.558,79
OUTROS		586.772,73	423.193,01
INTANGÍVEL		124.913,65	156.891,65
SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SOFTWARES		124.913,65	156.891,65
TOTAL DO ATIVO		58.154.591,46	47.656.807,79

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE		
DEPÓSITOS		
DEPÓSITOS A VISTA	12	46.895.682,83
DEPÓSITOS SOB AVISO		23.519.012,13
DEPÓSITOS A PRAZO		16.461.872,39
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		
OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS		-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		
RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS	13	362.453,40
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS		14
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	14.1	21.144,58
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	14.2	11.178,23
DIVERSAS	14.3	22.932,19
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CAPITAL SOCIAL	16.1	9.198.270,16
RESERVAS DE LUCROS	16.2	5.579.074,70
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	16.3	1.353.671,05
TOTAL DO PASSIVO	58.154.591,46	47.656.807,79

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JOÃO ALMEIDA DE OLIVEIRA
Diretor Administrativo

LUCIARA ANDRADE DE OLIVEIRA
Diretora Operacional

VALMIR LIMA SILVA
Contador CRC nº023450/O-3

Notas	2º Semestre 2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA			
Operações de Crédito	17	2.854.866,97	5.225.000,04
Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		2.825.468,75	5.166.858,70
		29.398,22	81.929,50
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA			
Operações de Captação no Mercado	17	(827.634,31)	(1.701.755,64)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(654.014,03)	(1.307.810,48)
Provisão para Operações de Créditos		-	(1.628.613,28)
		(173.620,28)	(11.809,19)
		(393.875,21)	(379.593,21)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA			
	17	2.027.232,66	3.523.244,40
		2.147.040,66	
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS			
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	18	(1.473.200,10)	(2.264.502,71)
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		633.183,63	1.185.061,96
Dispêndios/Despesas de Pessoal		986.299,12	1.389.180,66
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas		(1.748.427,58)	(3.289.010,72)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(2.071.212,26)	(2.749.350,26)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		(3.863.081,53)	(3.456.550,97)
Outros Ingressos/Rendas Operacionais		(64.595,13)	(122.844,33)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais		929.458,65	(84.396,27)
		157.928,44	1.919.541,78
		(295.834,97)	2.490.454,78
		(472.948,24)	264.610,61
		(408.464,95)	
RESULTADO OPERACIONAL			
		554.032,56	1.258.741,69
		462.876,06	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO			
		554.032,56	1.258.741,69
		462.876,06	
Imposto de Renda e Contribuição Social		(23.954,05)	(58.450,54)
		(37.213,61)	
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES			
		530.078,51	1.200.291,15
		425.662,45	
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS			
FATES	16.4	-	(720.174,68)
RESERVAS DE SOBRAS			(255.397,48)
			(120.029,11)
			(42.566,25)
			(600.145,57)
			(212.831,23)
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS			
		530.078,51	480.116,47
		170.264,97	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Valores expressos reais – R\$)

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Legal		
Saldo em 31/12/2016	5.001.673,66	1.140.839,82	342.331,06	6.484.844,54
Destinação de Sobras Exercício Anterior:				
Ao Capital	339.188,98		(339.188,98)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados			(3.142,08)	(3.142,08)
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	661.842,55			661.842,55
Por Devolução (-)	(423.630,49)			(423.630,49)
Sobras ou Perdas Líquidas				
Destinação das Sobras do Exercício:				
Fundo de Reserva		212.831,23	(212.831,23)	-
FATES			(42.566,25)	(42.566,25)
Saldos em 31/12/2017	5.579.074,70	1.353.671,05	170.264,97	7.103.010,72
Saldo em 31/12/2017	5.579.074,70	1.353.671,05	170.264,97	7.103.010,72
Destinação de Sobras Exercício Anterior:				
Ao Capital	170.254,84		(170.254,84)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados			(10,13)	(10,13)
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	1.277.221,26			1.277.221,26
Por Devolução (-)	(262.213,73)			(262.213,73)
Sobras ou Perdas Líquidas				
Destinação das Sobras do Exercício:				
Fundo de Reserva		600.145,57	(600.145,57)	
FATES			(120.029,11)	(120.029,11)
Saldos em 31/12/2018	6.764.337,07	1.953.816,62	480.116,47	9.198.270,16
Saldo em 30/06/2018	6.234.636,95	1.353.671,05	670.212,64	8.258.520,64
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	585.618,94			585.618,94
Por Devolução (-)	(55.918,82)			(55.918,82)
Sobras ou Perdas Líquidas				
Destinação das Sobras do Exercício:				
Fundo de Reserva		600.145,57	(600.145,57)	-
FATES			(120.029,11)	(120.029,11)
Saldos em 31/12/2018	6.764.337,07	1.953.816,62	480.116,47	9.198.270,16

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

	2º Semestre 2018	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social....	554.032,56	1.258.741,69	462.876,06
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)			
Despesas de depreciação e amortização.....	213.299,23	401.779,78	339.565,47
Apuração de resultado da contribuição social - CSLL	(12.725,60)	(31.051,85)	(19.769,73)
Apuração de resultado da contribuição social - IRPJ	(11.228,45)	(27.398,69)	(17.443,88)
Provisão para Operações de Crédito	173.620,28	393.875,21	379.593,21
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)			
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	(29.398,22)	(58.141,34)	(81.929,50)
Operações de crédito.....	(4.065.670,68)	(7.693.293,19)	(4.237.584,48)
Outros créditos.....	(50.085,97)	28.922,35	873.585,60
Outros valores e bens.....	(113.052,25)	(87.762,63)	(20.837,76)
Depósitos	2.913.769,02	7.780.697,96	8.246.248,11
Outras obrigações	514.209,51	415.756,03	190.066,65
Relações interfinanceiras	-	(22.932,19)	(330.865,27)
Relações interdependências	(808.416,34)	229.002,43	(754.456,59)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(721.646,91)	2.588.195,56	5.029.047,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de investimentos.....	(46.342,65)	(235.788,17)	(155.610,99)
Aquisição de imobilizado de uso.....	(552.029,68)	(700.458,96)	(554.098,68)
Aplicação no Intangível.....	(7.320,90)	(8.508,00)	(79.100,08)
Outros ajustes.....	-	0,33	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(605.693,23)	(944.754,80)	(788.809,75)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variações patrimoniais:			
Aumento por novos aportes de Capital.....	585.618,94	1.277.221,26	661.842,55
Devolução de Capital à Cooperados.....	(55.918,82)	(262.213,73)	(423.630,49)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas a Pagar.....	-	(10,13)	(3.142,08)
FATES Sobras Exercício.....	(120.029,11)	(120.029,11)	(42.566,25)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	409.671,01	894.968,29	192.503,73
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA			
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	34.789.461,52	31.333.383,34	26.900.641,47
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período.....	33.871.792,39	33.871.792,39	31.333.383,34

NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (em reais)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE MAIRI LTDA - SICOOB COOPEMAR, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 23/11/2000, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA – SICOOB CENTRAL BA e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPEMAR possui sede administrativa em Mairi-BA e 7 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SÃO JOSÉ DO JACUÍPE - BA, VÁRZEA DO POÇO - BA, SERROLÂNDIA - BA, MIGUEL CALMON – BA, JUAZEIRO – BA E PETROLINA - PE.

O SICOOB COOPEMAR tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 15/02/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as

normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionaisizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL BA e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 9.580/2018, art. 194. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018. (somente se aplicável)

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	2.263.876,00	2.465.881,39
Relações interfinanceiras - centralização financeira	31.607.916,39	28.867.501,95
TOTAL	33.871.792,39	31.333.383,34

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim composta:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Não Circulante		
Vinculados a Prestação de Garantias	963.305,04	905.163,70
TOTAL	963.305,04	905.163,70

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no SICOOB CENTRAL BA, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

6. Relações interfinanceiras

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	31.607.916,39	28.867.501,95
TOTAL	31.607.916,39	28.867.501,95

Refere-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL BA, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 foram respectivamente R\$ 1.919.541,78 e R\$ 2.490.454,78, com taxa média de 98% do CDI nos respectivos períodos.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	139.898,25	0,00	139.898,25	138.422,44
Empréstimos	5.605.977,12	6.509.202,81	12.115.179,93	8.601.729,70
Cheque Especial e Conta Garantida	868.630,65	0,00	868.630,65	719.672,28
Títulos Descontados	4.957.622,10	0,00	4.957.622,10	1.876.048,21
Financiamentos	738.683,50	735.734,19	1.474.417,69	1.034.997,93
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	0,00	0,00	0,00	13.477,98
(-) Provisões para Operações de Crédito	(260.391,34)	(167.992,96)	(428.384,30)	(556.402,20)
TOTAL	12.050.420,28	7.076.944,04	19.127.364,32	11.827.946,57

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	1.385.584,45	0,00	0,00	1.385.584,45	0,00	385.597,65	0,00
A 0,5% Normal	8.516.565,51	68.866,72	674.009,02	9.259.441,25	(46.297,21)	6.214.233,80	(31.071,17)
B 1% Normal	4.707.003,88	615.310,50	610.127,82	5.932.442,20	(59.324,42)	4.277.996,07	(42.780,18)
B 1% Vencidas	69.657,21	12.301,01	0,00	81.958,22	(819,58)	94.196,13	(941,96)
C 3% Normal	1.685.318,98	131.806,95	131.604,53	1.948.730,46	(58.461,91)	703.114,60	(21.093,44)
C 3% Vencidas	31.507,62	44.438,36	20.634,07	96.580,05	(2.897,40)	123.723,42	(3.711,70)
D 10% Normal	397.489,88	57.960,15	19.286,37	474.736,40	(47.473,64)	33.962,63	(3.396,26)
D 10% Vencidas	122.034,38	4.446,22	0,00	126.480,60	(12.648,06)	36.419,62	(3.641,96)
E 30% Normal	4.974,92	7.491,57	13.922,43	26.388,92	(7.916,68)	13.657,49	(4.097,25)
E 30% Vencidas	0,00	17.960,70	0,00	17.960,70	(5.388,21)	56.213,25	(16.863,98)
F 50% Normal	4.721,62	6.268,39	0,00	10.990,01	(5.495,01)	4.420,34	(2.210,17)
F 50% Vencidas	11.312,02	12.756,95	0,00	24.068,97	(12.034,49)	11.911,48	(5.955,74)
G 70% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.185,24	(7.829,67)
G 70% Vencidas	0,00	2.529,26	0,00	2.529,26	(1.770,56)	16.360,35	(11.452,24)
H 100% Normal	21.150,60	10.655,70	0,00	31.806,30	(24.806,30)	188.092,83	(188.092,83)
H 100% Vencidas	115.480,96	15.736,42	4.833,45	136.050,83	(143.050,83)	213.263,64	(213.263,64)
Total Normal	16.722.809,84	898.359,98	1.448.950,17	19.070.119,99	(249.775,17)	11.832.260,65	(300.570,97)
Total Vencidos	349.992,19	110.168,92	25.467,52	485.628,63	(178.609,13)	552.087,89	(255.831,23)
Total Geral	17.072.802,03	1.008.528,90	1.474.417,69	19.555.748,62	(428.384,30)	12.384.348,54	(556.402,20)
Provisões	(339.947,52)	(63.459,40)	(24.977,30)	(428.384,30)		(556.402,20)	
Total Líquido	16.732.854,51	945.069,50	1.449.440,39	19.127.364,32		11.827.946,34	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.628.297,09	3.977.680,03	6.509.202,81	12.115.179,93
Títulos Descontados	4.584.446,91	373.175,19	0,00	4.957.622,10
Financiamentos	215.453,66	523.229,84	735.734,19	1.474.417,69
Conta Corrente	1.007.319,40	1.209,50	0,00	1.008.528,90
TOTAL	7.435.517,06	4.875.294,56	7.244.937,00	19.555.748,62

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	228.174,07	649.632,77	972.193,48	1.850.000,32	9%
Setor Privado - Indústria	50.383,40	84.052,41	0,00	134.435,81	1%
Setor Privado - Serviços	372.672,42	3.279.231,94	2.469.966,91	6.121.871,27	31%
Pessoa Física	321.804,22	9.380.922,98	1.216.633,86	10.919.361,06	56%
Outros	35.494,79	195.757,52	298.827,85	530.080,16	3%
TOTAL	1.008.528,90	13.589.597,62	4.957.622,10	19.555.748,62	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(556.402,20)	(735.546,60)
Constituições/Reversões no Período	(320.702,60)	(320.896,84)
Transferência/Reversões para Prejuízo no período	448.720,50	500.041,24
TOTAL	(428.384,30)	(556.402,20)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	388.083,38	1,98%	194.962,40	1,57%
10 Maiores Devedores	2.243.436,65	11,46%	1.463.321,59	11,80%
50 Maiores Devedores	6.520.239,16	33,31%	4.578.296,67	36,91%

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados	22.714,97	20.805,37
Rendas a Receber	177.487,75	180.938,59
Serviços Prestados a Receber	24.342,64	22.539,09
Centralização Financeira (a)	152.947,00	158.233,29
Rendas Convênios a Receber - Inss	198,11	166,21
Diversos	258.237,80	273.379,93
Adiantamentos e antecipações salariais	16.751,59	9.987,57
Adiantamentos Para Pagamentos de Nossa Conta	4.798,80	3.500,00
Adiantamento por Conta de imobilizações	22.088,70	0,00
Impostos e Contribuições a Compensar	5.261,79	1.531,45
Pagamentos a Ressarcir	0,00	128.460,98
Títulos e Créditos a Receber – sem características de concessão de crédito (b)	144.583,18	106.012,52
Devedores Diversos – País (c)	64.753,74	23.887,41
(-) Provisão para Outros Créditos	(42.006,31)	(29.767,33)
(-) Sem Características de Concessão de Crédito	(3.437,32)	(17,70)
(-) Provisão para tarifas pendentes	(18.445,09)	(11.932,05)
(-) Avais e Fianças Honrados (d)	(20.123,90)	(17.817,58)
TOTAL	416.434,21	445.356,56

(a) Refere-se à remuneração da centralização financeira a receber referente ao mês de dezembro de 2018;

(b) Saldo composto substancialmente de valores a receber de tarifas de serviços bancários (cobrança, manutenção de conta corrente, saques, extratos);

(c) Saldo composto por pendências a regularizar (R\$ 47.249,25), repasse de convênio de folha de pagamento (R\$ 17.504,49).

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
E 30%	Vencidas	1.387,25	1.387,25	(416,18)	2.036,25
F 50%	Vencidas	1.824,39	1.824,39	(912,20)	0,00
G 70%	Vencidas	2.359,37	2.359,37	(1651,56)	5.208,02
H 100%	Vencidas	17.143,96	17.143,96	(17143,96)	13.561,10
Total Vencidos	22.714,97	22.714,97	(20.123,90)	20.805,37	(17.817,58)
Total Geral	22.714,97	22.714,97	(20.123,90)	20.805,37	(17.817,58)
Provisões	(20.123,90)	(20.123,90)		(17.817,58)	
Total Líquido	2.591,07	2.591,07		2.987,78	

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Antecipadas	143.437,85	55.675,22
TOTAL	143.437,85	55.675,22

Saldo composto por prêmios de seguros (R\$ 74.928,78), Processamento de Dados (R\$ 14.931,75) e Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Líquidez (R\$ 53.577,32).

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL BA e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	1.084.703,73	903.478,78
Participações inst financ controlada coop crédito	394.561,26	339.998,04
TOTAL	1.479.264,99	1.243.476,82

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizado em Curso (a)		152.434,63	0,00
Terrenos		112.200,00	0,00
Edificações	4%	663.243,21	775.443,21
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(227.348,12)	(186.280,85)
Instalações	10%	915.900,83	864.130,82
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(688.114,89)	(557.044,08)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	770.526,02	574.027,40
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(257.535,40)	(204.555,35)
Sistema de Comunicação	20%	22.132,14	21.282,14
Sistema de Processamento de Dados	10%	638.145,67	560.559,50
Sistema de Segurança	10%	397.165,35	255.157,76
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(470.670,43)	(413.806,39)
TOTAL		2.028.079,01	1.688.914,16

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciables.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré- fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017
Depósito à Vista	23.519.012,13		16.461.872,39
Depósito Sob Aviso	0,00	0,00	256,60
Depósito a Prazo	23.376.670,70	83,58% do CDI	22.652.855,88
TOTAL	46.895.682,83		39.114.984,87

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	1.994.403,59	4,26%	2.113.795,92	5,40%
10 Maiores Depositantes	9.296.930,95	19,88%	9.281.125,66	23,73%
50 Maiores Depositantes	20.166.444,56	43,12%	18.900.272,75	48,32%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(8,46)	(639,61)
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.242.713,08)	(1.576.393,51)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(65.088,94)	(51.580,16)
TOTAL	(1.307.810,48)	(1.628.613,28)

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	362.453,40	133.450,97
TOTAL	362.453,40	133.450,97

Composto por tarifas de convênios e repasse para pagamento de salários e liquidação de consignado, firmado em convênio de prestação de serviços com as Prefeituras de Sento Sé, Miguel Calmon, Serrolândia e São José do Jacuípe.

14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (a)	124.791,58	100.760,77
Resultado de Atos com Não Associados (a)	125,27	72.623,77
Cotas de Capital a Pagar	93.892,47	55.251,24
TOTAL	218.809,32	228.635,78

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	21.144,58	11.178,23
Sociais e Estatutárias	218.809,32	228.635,78
Fiscais e Previdenciárias	180.189,57	172.287,75
Diversas	1.278.041,60	870.327,28
TOTAL	1.698.185,07	1.282.429,04

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	0,00	2.522,36
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	22.732,31	20.419,64
Impostos e Contribuições Sobre Salários	74.691,70	67.035,94
Outros (a)	82.765,56	82.309,81
TOTAL	180.189,57	172.287,75

(a) Referem-se a IRRF s/ aplicações financeiras (R\$ 5.036,14), ISSQN a recolher (R\$ 74.915,35), Pis s/ Faturamento (R\$ 375,03) e Cofins s/ Faturamento (R\$ 2.439,04).

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	26.572,39	598,50
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	322.740,93	356.697,17
Despesas de Pessoal (b)	347.803,27	217.196,70
Outras Despesas Administrativas (c)	156.842,39	169.357,13
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	21.578,59	14.964,30
Credores Diversos – País (e)	402.504,03	111.513,48
TOTAL	1.278.041,60	870.327,28

(a) Refere-se a salários e vencimentos de empregados da Cooperativa referente ao mês de dezembro de 2018.

(b) Composto por Provisão de Férias (R\$ 156.424,38); provisão de despesas de INSS férias (R\$ 40.721,79); provisão de despesa de FGTS férias (R\$ 12.513,99); provisão de despesa PIS férias (R\$ 1.564,23); e outros (R\$ 136.578,88) que refere-se a provisão da bonificação anual aos empregados.

(c) Composto por provisão para de despesas de água/energia/gás (R\$ 9.425,49), aluguéis (R\$ 35.491,67), comunicação (R\$ 15.576,71), processamento de dados (R\$ 290,00), promoções e relações públicas (R\$ 250,00), segurança e vigilância (R\$ 1.570,85), manutenção de conservação de bens (R\$ 22.969,23), transporte (R\$ 20.458,71), seguro (R\$ 4.074,02), condomínio (R\$ 3.821,26), compensação (R\$ 9.097,82), seguro prestamista (R\$ 29.692,89), outras despesas administrativas (R\$ 4.123,74).

(d) Composto pela contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31/12/2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.313.922,33. (R\$ 1.014.368,40 em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(e) Composta por valores de pendências a regularizar (R\$ 148.546,92), diferença de caixa (R\$ 1.554,00), tarifas de convênios (R\$ 26,90), créditos de terceiros (R\$ 3.839,92), renegociação de dívidas (R\$ 547,95), cheques descontados (R\$ 49.483,69) e créditos diversos liquidação cobrança (R\$ 198.504,65).

15. Instrumentos financeiros

O SICOOB COOPEMAR opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a depósitos a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	6.764.337,07	5.579.074,70
Associados	9.678	7.722

16.2 Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

16.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22 de abril de 2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 170.264,97.

16.4 Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	1.200.291,15	425.662,45
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0,00	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.200.291,15	425.662,45
Destinações estatutárias	(720.174,68)	(255.397,48)
Reserva legal - 50%	(600.145,57)	(212.831,23)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(120.029,11)	(42.566,25)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	480.116,46	170.264,97

17. Ingressos/Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	257.215,18	212.898,69
Rendas de Empréstimos	3.523.347,79	2.774.411,70
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	889.601,67	557.911,07
Rendas de Financiamentos	318.220,37	272.192,80
Rendas Financ. Rurais Aplica. Rec. Direcionados à Vista Obrig	119,48	697,38
Rendas Financ. Rurais Aplica. Rec. Direcionados da Poupança Rural	891,83	5.187,26
Rendas Financ. Rurais - Aplicações Repassadas e Refinanciadas	0,00	7.430,09
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	177.462,38	254.397,85
Rendas de Títulos de Renda Fixa	58.141,34	81.929,50
Total de Ingressos de Intermediação Financeira	5.225.000,04	4.167.056,34
Despesa de Depósito Aviso Prévio	(8,46)	(639,61)
Despesas de Depósito a Prazo	(1.242.713,08)	(1.576.393,51)
Contribuição Ordinária – FGCoop	(65.088,94)	(51.580,16)
Despesa de Repasse Interfinanceiro	(69,95)	(11.809,19)
Operação de Crédito Liquidação Dúvidosa	27,62	0,00
Outros Créditos Liquidação Dúvidosa	9.291,88	49.399,68
Provisões para Operações de Crédito	(320.730,55)	(370.296,52)
Provisões para Outros Créditos	(82.464,16)	(58.696,37)
Total de Despesas de Intermediação Financeira	(1.701.755,64)	(2.020.015,68)
Resultado da Intermediação Financeira	3.523.244,40	2.147.040,66

18. Outros ingressos/Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Cobrança	399.913,60	242.617,85
Outras rendas de serviços - Atos cooperativos (a)	558.855,38	123.728,59
Outras rendas de serviços - Atos não cooperativos (b)	226.292,98	504.005,36
TOTAL	1.185.061,96	870.351,80

(a) Refere-se a receitas de anuidade de cartões, receitas de venda de consórcios e receita de venda de seguros com associados.

(b) Refere-se a receitas de convênios, receita Sipag credenciamento, comissão de cartões de crédito, receita com venda de consórcios, receita com venda de seguros, comissionamento poupança e comissão consignado INSS.

19. Rendas/Ingressos de Tarifas Bancárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	689.239,00	422.322,80
Rendas de Serviços Prioritários – PF	304.494,43	255.891,60
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	83,58	286,05
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	881.390,10	710.680,21
TOTAL	1.875.207,11	1.389.180,66

20. Dispêndios/Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cédula de Presença	(24.398,73)	(20.889,82)
Honorários	(280.024,29)	(260.494,92)
Cédula de Presença	(61.703,24)	(43.890,06)
Gratificações da Diretoria	(28.284,38)	(52.480,94)
Assistência Médica	(170.176,25)	(141.106,16)
Alimentação do Trabalhador	(190.649,08)	(150.960,22)
Vale Transporte	(2.623,70)	(1.998,41)
Seguros	(8.793,92)	(9.173,34)
Contribuição Previdência Privada	(9.425,54)	(2.659,36)
F.G.T.S Funcionários	(122.742,52)	(107.011,87)
F.G.T.S Diretoria	(24.291,17)	(22.638,86)
INSS Funcionários	(398.371,99)	(346.505,58)
INSS Diretoria/Conselheiros	(79.390,89)	(75.550,87)
INSS Terceiros	(34.371,23)	(28.561,68)
Salários	(1.185.780,85)	(1.035.765,50)
Horas Extras	(8.609,89)	(5.625,93)
Quebra de Caixa	(41.241,91)	(38.820,65)
Gratificação de Caixa	(440,00)	-
13º Salário	(117.298,99)	(101.728,30)
Gratificações	(52.259,12)	(31.933,87)
Férias	(164.572,62)	(143.763,35)
Indenizações Trabalhistas	-	(984,92)
Multa sobre Rescisões Trabalhistas FGTS	(11.655,71)	(12.495,06)
Aviso Prévio Indenizado	(14.050,25)	(9.805,43)
Prêmios de Produção (a)	(133.523,61)	-
Outros	(7.176,00)	(6.528,00)
Cursos	-	(1.000,00)
Programa de Formação Profissional	(110.006,86)	(90.509,94)
Estagiários	(7.147,98)	(6.467,22)
TOTAL	(3.289.010,72)	(2.749.350,26)

(a) o valor refere-se a provisão da bonificação anual aos empregados devido ao atingimento das metas estabelecidas para o exercício 2018 de acordo com o Regulamento do Programa de Bonificação Anual do Sicoob BA.

21. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Água Energia e Gás	(107.826,39)	(89.965,16)
Despesas de Aluguéis	(290.202,68)	(189.461,86)
Despesas de Comunicação	(252.426,29)	(251.976,83)
Despesas de manutenção e Conservação de Bens	(180.215,70)	(52.508,61)
Despesas de Material	(49.469,24)	(39.947,72)
Despesas de Processamento de Dados	(251.116,39)	(238.764,90)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(28.159,58)	(16.874,12)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(71.804,85)	(57.170,81)
Despesas de Seguros	(130.859,66)	(74.900,65)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(597.202,90)	(535.390,96)
Despesas de Serviços de Terceiros	(146.135,50)	(105.530,10)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(82.077,32)	(76.988,05)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(131.464,61)	(386.973,22)
Despesas de Transporte	(273.994,60)	(184.573,96)
	-	(807,01)
Despesas de Viagem no País	(106.914,26)	(127.776,05)
Condomínio	(46.463,78)	(36.367,00)
Contribuição Sindical Patronal	(5.975,81)	(5.392,05)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(23.454,67)	(23.365,75)
Copa/Cozinha	(11.906,36)	(11.512,35)
Lanches e Refeições	(11.436,35)	(9.331,47)
Uniformes e Vestuários	(1.418,45)	(168,00)
Contribuição OCE	(12.080,42)	(10.471,52)
Taxas da Junta Comercial	(1.354,00)	(1.245,00)
Impostos e Taxas	(11.526,61)	(6.106,81)
Sistema Cooperativista	(120,48)	(1.500,95)
Mensalidades Diversas	(2.220,00)	-
Rateio de Despesas da Central	(553.983,30)	(512.710,79)
Ações Judiciais	-	(1.364,00)
Materiais de Limpeza	(12.361,63)	(6.626,86)
Outras Despesas Administrativas	(2.689,84)	(5.664,23)
Rateio de Despesa do Sicoob Confederação	(64.440,08)	(55.548,71)
Despesas de Amortização	(40.486,00)	(39.528,67)
Despesas de Depreciação	(361.293,78)	(300.036,80)
TOTAL	(3.863.081,53)	(3.456.550,97)

22. Dispêndios/Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Outras Despesas de Tributos Federais	-	(0,46)
IOF s/ Operações Financeiras	(0,71)	(0,27)
Tributos Estaduais	(1.364,89)	-
IPTU - Tributos Estaduais	-	(37,30)
Taxas Estaduais	(629,28)	(1.553,31)
Tributos Municipais	(288,75)	(114,09)
IPTU - Tributos Municipais	(3.282,55)	(4.497,04)
Taxas Municipais	(18.270,94)	(5.371,34)
Desp. De Imposto s/ Serv. De Qualquer Natureza - ISSQN	(39.074,54)	(27.929,11)
Despesas de Contribuição ao Cofins	(38.282,25)	(27.150,36)
Despesa de Contribuição ao PIS/PASEP	(15.429,58)	(13.331,06)
Despesa de Contribuição ao PIS Receitas	(6.220,84)	(4.411,93)
TOTAL	(122.844,33)	(84.396,27)

23. Outros Ingressos/Rendas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Outros (a)	54.218,59	34.179,33
Outras	-	15,00
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	5.189,28	130,12
Rendas Juros de Cartão de Crédito	50.871,11	42.865,77
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	10.845,17	11.480,33
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	23.061,67	8.076,21
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	124.825,13	40.311,19
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	21.923,05	16.972,98
Rendas Intercâmbio - cartão de Débito	21.769,75	15.187,88
Receita Volume Financeiro - Rede	-	204,37
Deduções e Abatimentos	6.021,83	421,68
Distribuição de Sobras da Central	90.100,41	45.623,94
Outras Rendas Operacionais (b)	94.745,27	49.141,81
TOTAL	503.571,26	264.610,61

(a) O valor refere-se a reversão de provisão descanso anual remunerado de Diretores do exercício 2017 (R\$ 35.986,90), reversão de valores de seguros das agências (R\$ 17.616,09), recuperação de despesas diversas (R\$ 615,60).

(b) O valor refere-se substancialmente a distribuição de dividendos do Bancoob (R\$ 40.851,61), reembolso de prêmio de apólice de seguros cancelada (R\$ 50.562,15), reversão de pendências com período superior a 06 meses (R\$ 3.331,51).

24. Outros Dispêndios/Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Provisões Passivas	(11.803,57)	(10.471,75)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(1,69)	-
Perdas - Fraudes Externas	(1.850,20)	-
Perdas - Danos Ativos Físicos	-	(2.427,86)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(57.225,39)	(6.054,02)
Descontos Concedidos em Operações de Crédito	(3.871,83)	(4.627,48)
Bonificação de Seguro Prestamista	(15,00)	(15,00)
Despesas com Multas e Juros Diversos	(536,27)	(472,79)
Despesas de Operações Com INSS	(4.590,82)	(3.037,11)
Despesas Tarifas Consultas/Saque Cirrus Cabal	(1.087,30)	(99,20)
Passivos Contingentes	(1.544,04)	-
Despesas de Cancelamento - Tarifas Pendentes	(223.903,79)	(164.607,56)
Fundo de Desenvolvimento	(75.321,98)	(67.102,56)
Despesas de Repasse Mensagens SMS - Cartões	(401,28)	(431,42)
Outras Despesas Operacionais	(72.145,58)	(143.484,85)
Estorno de Juros Mora - Oper Crédito RPL	-	(438,61)
Tarifa Recebimento Convênios - CRA'S Cartórios	(31,50)	-
Contrib. Mensal ao Fundo de Desenvolvimento Sicoob	(7.449,23)	-
Contribuição ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(1.279,53)	(2.939,55)
Contribuição ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(959,68)	(2.255,19)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez	(8.929,56)	-
TOTAL	(472.948,24)	(408.464,95)

25. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições

estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.595.440,28	1,95%	4.148,61
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	825.914,27	1,01%	3.291,50
TOTAL	2.421.354,55	2,96%	7.440,11
Montante das Operações Passivas	3.233.318,99	11,1%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	883,04	8,83	0%
Conta Garantida	37.121,78	677,02	5%
Empréstimo	300.545,36	5.627,25	2%
Títulos Descontados	148.091,46	740,47	3%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	211.720,26	0,9%	0%
Depósitos a Prazo	2.058.194,85	8,8%	0,47%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	2,77%	2,77%
Empréstimos	1,93%	1,93%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	87,35%	87,35%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,78%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	1,77%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	582.514,98
Títulos Descontados	41.253,50

e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(280.024,29)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(61.703,24)
Gratificações	(28.284,38)
FGTS	(24.291,17)
INSS	(74.002,38)
Plano de Saúde	(20.817,28)
Seguros	(604,17)

26. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE MAIRI LTDA - SICOOB COOPEMAR, em conjunto com outras cooperativas Filiadas, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA - SICOOB CENTRAL BA, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL BA, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL BA a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPEMAR responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL BA perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL BA, em 31/12/2017 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 09/02/2018, com opinião sem modificação.

A auditoria das demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL BA referente ao exercício 2018 está em andamento.

27. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

27.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

27.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

27.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

27.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

27.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

27.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

28. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

30. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2018 totalizaram R\$ 9.425,54.

MAIRI-BA, 31 de dezembro de 2018.

JOÃO ALMEIDA DE OLIVEIRA
Diretor Administrativo

LUCIARA ANDRADE DE OLIVEIRA
Diretora Operacional

VALMIR LIMA SILVA
Contador CRC nº023450/O-3

Parecer do CONSELHO FISCAL

Aos quatorze dias do mês março do ano de dois mil e dezenove, às 14:00 horas, na sede da Cooperativa de Crédito de Mairi Ltda, situada à Rua Rui Barbosa 152, Centro, nesta Cidade de Mairi – Bahia, nós abaixo assinados, declaramos que, usando das atribuições que, nos conferem o Estatuto Social desta Entidade, examinamos as demonstrações financeiras e sua documentação, concluindo que as atividades compreendidas entre 01 de janeiro á 31 de dezembro de 2018, foram desenvolvidas de forma idônea e transparente. Portanto, recomendamos à Assembléia Geral que aprove as Contas do referido exercício sem restrições.

Mairi, 14 de março de 2019.

Wallace Alves Mendes de Souza
Coordenador

José Marcos Reis da Silva
Conselheiro Efetivo

Ueslen Cirqueira Rios
Conselheiro Efetivo

Relatório de Auditoria SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Mairi Ltda - Sicoob Coopemar

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Mairi Ltda - Sicoob Coopemar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Coopemar em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando leremos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a

administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 18 de fevereiro de 2019.

Aldo Henrique Batista Rodrigues
Contador CRC DF 023897/O-6
CNAI 4779





SAMP GRÁFICA (75) 3223.1700 - IMPRESSÃO EM 15/02/2019